

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 21.05.99
EMENTÁRIO Nº 1 9 5 1 - 2

02/02/99

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS N. 77.959-1 PARAÍBA

RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
PACIENTE : JOSENILDO LUIZ
IMPETRANTE: TEREZINHA GONÇALVES DE LIMA (DEFENSORA PÚBLICA)
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

EMENTA: Nada impede a atuação sucessiva de cônjuges, como Promotores de Justiça, no curso do mesmo processo.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, indeferir o pedido de **habeas corpus**.

Brasília, 02 de fevereiro de 1999.

MOREIRA ALVES

PRESIDENTE

Octavio Gallotti

OCTAVIO GALLOTTI

RELATOR



02/02/99

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS N. 77.959-1 PARAÍBA

RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
PACIENTE : JOSENILDO LUIZ
IMPETRANTE: TEREZINHA GONÇALVES DE LIMA (DEFENSORA PÚBLICA)
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI: Encontra-se a questão bem resumida pelo ilustre Subprocurador-Geral da República MARDEM COSTA PINTO, no parecer de fls. 192/3, que servirá de relatório:

"Cuida-se de *Habeas Corpus* impetrado pela Defensora Pública Dra. Terezinha Gonçalves de Lima, em benefício de Josenildo Luiz, visando obter declaração de nulidade do processo em que o paciente foi condenado na comarca de Campina Grande-PB, como incurso nas penas do art. 12 da Lei nº 6.368/76 (fls. 88/93), decisão mantida em grau de apelação pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (fls. 119/122).

2. Sustenta a impetrante que o processo é nulo já que no mesmo funcionaram os Drs. Flávio Wanderlei da Nóbrega Cabral de Vasconcelos e Cristiana Ferreira

O GalloTTi-

HC 77.959-1/PB

Moreira Cabral de Vasconcelos, marido e mulher, como representantes do Ministério Público.

3. Sem razão a impetrante.

4. É que nada impede o funcionamento sucessivo de marido e mulher, como representantes do Ministério Público no mesmo processo.

5. O que não se admite é a atuação do Promotor no processo em que o seu cônjuge for parte (art. 258 do CPP) ou ainda no processo em que o cônjuge tenha funcionado como Juiz, Defensor, Autoridade Policial, Auxiliar da Justiça ou Perito (art. 252 c/c o art. 258, ambos do CPP).

6. Tratando-se de hipótese que não se enquadra em nenhuma das restrições estabelecida na lei processual penal a título de impedimento, não há falar-se em nulidade.

7. Pelo exposto, somos pelo conhecimento e denegação da ordem.

É o parecer. (fls. 192/3)

É o relatório. *Lezallotti*.

HC 77.959-1/PB

V O T O

O SENHOR MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI - (Relator): Não se vislumbra, no texto do Código de Processo Penal, o impedimento argüido na presente impetração.

Acolhendo o parecer, indefiro o pedido.

O. Gallotti

val\

PRIMEIRA TURMA

248

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS N. 77.959-1

PROCED. : PARAÍBA

RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI

PACTE. : JOSENILDO LUIZ

IMPTE. : TEREZINHA GONÇALVES DE LIMA (DEFENSORA PÚBLICA)

COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de **habeas corpus**.
Unânime. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Ilmar Galvão. 1ª Turma,
02.02.99.

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à
Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti,
Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Natal Batista.


Ricardo Dias Duarte
Coordenador